

Cresce insatisfação empresarial

A tentativa dos empresários de elevar o índice de reajuste para janeiro já era esperada. Eles já saíram da reunião passada insatisfeitos. Alegavam que não poderiam definir o índice de janeiro antes de ver o orçamento aprovado pelo Congresso e avaliar o impacto do aumento da carga tributária em seus custos.

O empresário Roberto Della Mana, da Federação das Indústrias de São Paulo, foi o principal defensor da posição, mas o Comitê Empresarial Dirigente — que distribuiu um documento de duas laudas e meia apontando falhas e descumprimento, por parte de órgãos do Governo nos acordos do pacto — só concordou em fixar um índice sob a condição de que ele pudesse ser revisto no dia 14, próxima quarta-feira.

Alegam que a inflação de dezembro vai superar os 25 por cento e que em janeiro os custos de produção serão pressionados por fatores como o décimo-terceiro salário, pagamento adicional de férias, mudanças no salário mínimo e elevação das cargas tributárias federal, estadual e municipal.

A inflação acima de 25% atrapalha os planos, tanto dos empresários quanto do Governo. Se a inflação de dezembro ficasse em 25 por cento, como previsto anteriormente, e se se estabilizasse em janeiro, o reajuste dos salários pela URP, em 26,05 por cento nos dois meses, caracterizaria um aumento real ao trabalhador e facilitaria a rediscussão da política de reajuste automático via URP, por um sistema de correção salarial prefixado, abaixo da inflação do mês anterior.

Mas como as estimativas iniciais de inflação, mesmo em áreas governamentais, apontam para índices de até 28 por cento a partir de dezembro, o Governo não vê como sugerir qualquer mudança na URP, como gostaria.

INSATISFEITOS

Não é apenas o Governo que está insatisfeito. Os empresários de vários setores também estão. Com uma diferença. O ministro Costa Couto vive repetindo que o pacto, até agora, foi um sucesso. Enquanto isso, alguns já estão abandonando o barco ou criticando abertamente órgãos governamentais

como CIP, Seap, Sunab e IBC, entre outros.

Esse quadro pode ganhar cores novas ainda antes da reunião de quarta. Os empresários da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) vão pedir ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, na segunda-feira, nada mais nada menos que a extinção do CIP (Conselho Interministerial de Preços) ou a total alteração do seu comportamento. Segundo eles, o órgão está segurando reajustes de produtos, hoje com custos de produção superiores aos autorizados para venda.

A insatisfação se estende aos empresários do setor de transporte público, moagem e torrefação de café, indústrias farmacêuticas, química, de perfumaria, de cobre e de alimentação. Todos participarão na segunda, em São Paulo, de reunião com o comitê de preços do Pacto Social.

Como se já não houvesse barulho suficiente, a medida do Governo de zerar até 28 de fevereiro a alíquota do Imposto de Importação do óleo de soja bruto e refinado e da soja em grão, numa tentativa de oferecer preços mais em conta que os internos.